

XXVI SIMPÓSIO BRASILEIRO DE RECURSOS HÍDRICOS

GOVERNANÇA HÍDRICA SOB A PERSPECTIVA DOS MÚLTIPLOS ATORES: ESTUDO DE CASO DO COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO LITORAL NORTE – PARAÍBA

João Manoel Nicácio dos Santos¹; Maria Adriana de Freitas Mágero Ribeiro²; Mirella Leôncio Motta e Costa³; Anderson Matheus de Sousa Lima⁴; Simone Danielle Aciole Morais Marinho⁵.

RESUMO – Este artigo analisa a governança da água a partir da percepção dos atores que integram o Comitê das Bacias Hidrográficas do Litoral Norte da Paraíba (CBH-LN), com base nos referenciais da OCDE (2015) e do Protocolo OGA Brasil (2019). Por meio da aplicação de um questionário aos 18 membros do comitê presentes na reunião, identificaram-se fragilidades relacionadas à capacitação técnica, à articulação institucional e à comunicação externa. Apesar disso, observou-se regularidade nas reuniões, confiança entre os participantes e percepção democrática nas decisões. Os resultados evidenciam a necessidade de estratégias para fortalecer a participação social, qualificar os representantes e aprimorar os mecanismos de monitoramento e avaliação da governança hídrica em contextos locais.

Palavras-chave: Governança da água; Comitê de bacia; Participação social; OCDE; OGA Brasil.

ABSTRACT – This article analyzes water governance from the perspective of the actors who make up the Hydrographic Basin Committee of the Northern Coast of Paraíba (CBH-LN), based on the frameworks of the OECD (2015) and the OGA Brazil Protocol (2019). Through the application of a questionnaire to 18 committee members present at the meeting, weaknesses were identified in technical training, institutional coordination, and external communication. Nevertheless, regular meetings, mutual trust among participants, and a perception of democratic decision-making were observed. The results highlight the need for strategies to strengthen social participation, improve representative qualifications, and enhance monitoring and evaluation mechanisms for water governance in local contexts.

Keywords: Water Governance; Basin committee; Social participation; OECD; OGA Brazil.

¹ Graduando em Engenharia Civil pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Universidade Estadual da Paraíba: Av. Cel. Pedro Targino, s/n – Centro, Araruna-PB, CEP 58233-000. joaomanoelnicaciiodossantos@gmail.com.

² Professora do curso de Engenharia Civil, Universidade Estadual da Paraíba: Av. Cel. Pedro Targino, s/n – Centro, Araruna-PB, CEP 58233-000. drickadefreitas@yahoo.com.br.

³ Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Av. 1º de Maio, 720, Jaguaribe, João Pessoa-PB. mirella.costa@ifpb.edu.br.

⁴ Doutorando em Recursos Hídricos pelo Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil e Ambiental (PPGECA), da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Rua Aprígio Veloso, 882, Bairro Universitário, Campina Grande/PB, anderson.m.sousa@estudante.ufcg.edu.br.

⁵ Engenheira Civil, Mestre em Engenharia Civil e Ambiental, Universidade Estadual da Paraíba: Av. Cel. Pedro Targino, s/n – Centro, Araruna-PB, CEP 58233-000. aciole.simone@gmail.com.

1. INTRODUÇÃO

A governança da água envolve a articulação de sistemas políticos, sociais, econômicos e administrativos voltados à gestão dos recursos hídricos em diferentes escalas (Rogers e Hall, 2003). Sua efetividade depende de estruturas institucionais sólidas e da negociação entre os diversos atores envolvidos (Montgomery *et al.*, 2016), além da adaptação das políticas públicas às especificidades de cada território (OECD, 2015).

Diante de pressões crescentes sobre os recursos hídricos — como conflitos de uso, degradação ambiental e aumento da demanda —, é necessário adotar modelos adaptativos, capazes de fortalecer a resiliência institucional frente às incertezas. A água, essencial à vida e ao desenvolvimento, é estratégica para setores como o abastecimento urbano, a agricultura, a indústria e o turismo. No entanto, o uso inadequado e a fragmentação institucional comprometem sua gestão de forma integrada (Jacobi *et al.*, 2011; Brasil, ANA, 2021).

Nesse cenário, a participação ativa dos múltiplos atores é essencial. A interação entre eles permite compreender as dinâmicas de poder, os arranjos institucionais e os fatores que favorecem ou dificultam a ação coletiva (Ribeiro, 2016). A governança colaborativa, nesse sentido, tem se destacado como abordagem eficaz para lidar com a complexidade da gestão da água (Lemos e Agrawal, 2006; Bakker e Cook, 2011; Barbi *et al.*, 2022).

Mais do que uma prática normativa, a governança hídrica exige uma abordagem multiescalar e adaptativa, capaz de articular instituições e atores em diferentes níveis. Para isso, os Princípios de Governança da Água da OCDE (2015) oferecem uma estrutura analítica baseada na eficácia, eficiência e legitimidade. Complementarmente, o Protocolo de Monitoramento da Governança das Águas do OGA Brasil (2019) contribui com dimensões operacionais voltadas ao desempenho do sistema, instrumentos e coletivos.

Diante desse contexto, este artigo analisa a governança da água sob a ótica dos múltiplos atores que compõem o Comitê das Bacias Hidrográficas do Litoral Norte da Paraíba. Parte-se do entendimento de que os aspectos colaborativos, os arranjos institucionais e os desafios de articulação influenciam diretamente a efetividade da gestão, adotando-se uma abordagem qualitativa fundamentada na percepção dos membros do comitê.

2. METODOLOGIA

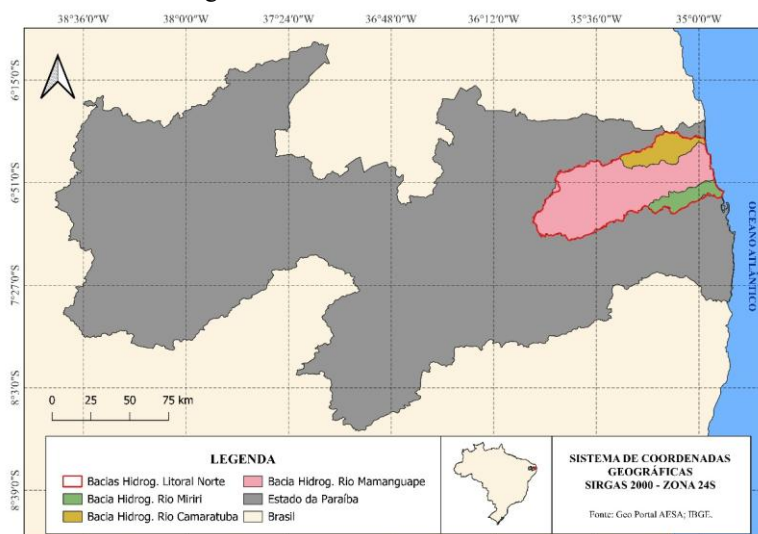
2.1. Área de estudo

Adota-se como área de estudo o Comitê das Bacias Hidrográficas do Litoral Norte da Paraíba (CBH-Litoral Norte), instituído pelo Decreto Estadual nº. 27.561/2006. De caráter consultivo e deliberativo, integra o Sistema Integrado de Planejamento e Gerenciamento de Recursos Hídricos da Paraíba, abrangendo as bacias dos rios Mamanguape, Camaratuba e Miriri (Figura 1).

O comitê é composto por 26 membros, representando o Poder Público Federal (2), Estadual (2), Municipal (4), Usuários de Água (10) e Sociedade Civil Organizada (8), seguindo os princípios de gestão participativa e descentralizada da Lei nº. 9.433/1997 (Formiga-Johnsson e Kemper, 2005).

A escolha do CBH-Litoral Norte justifica-se pela diversidade de atores, relevância territorial e desafios da gestão hídrica, como aumento da demanda, conflitos de uso e impactos ambientais (OECD, 2015; Jacobi *et al.*, 2011).

Figura 1 – Bacias hidrográficas do Litoral Norte do Estado da Paraíba.



Fonte: Elaboração própria (2025).

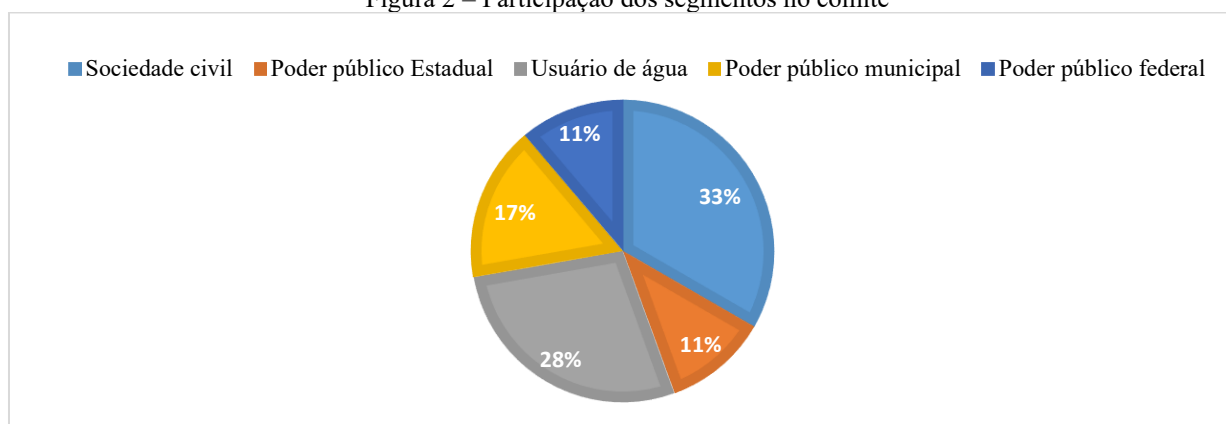
2.2. Tipo de pesquisa

Trata-se de uma pesquisa quali-quantitativa de caráter descritivo-exploratório, com foco na compreensão das percepções dos múltiplos atores que integram o Comitê das Bacias Hidrográficas do Litoral Norte da Paraíba (CBH-LN) sobre os processos de governança da água. A abordagem qualitativa permite captar subjetividades, experiências e interpretações dos participantes a partir de seus contextos institucionais e sociais.

2.3. Amostra

A amostra, representada na Figura 2, foi composta por 18 membros titulares ou suplentes do CBH-LN, atuantes nos segmentos: poder público (39%), usuários de água (28%) e sociedade civil organizada (33%). A seleção considerou a representatividade dos segmentos que compõem a estrutura do comitê, conforme previsto no Decreto Estadual nº. 27.561/2006 e alinhada à Lei Federal nº 9.433/1997.

Figura 2 – Participação dos segmentos no comitê



Fonte: Elaboração própria (2025).

2.4. Instrumentos e coleta de dados

Foi aplicado um questionário semiestruturado, composto por perguntas fechadas (múltipla escolha) e abertas, com o objetivo de captar informações sobre aspectos como: perfil dos membros, capacitação, participação nas reuniões, qualidade da comunicação, principais entraves, prioridades para a bacia e percepção sobre o funcionamento do comitê. A coleta de dados ocorreu através de um formulário aplicado de forma presencial e confidencial. As respostas foram analisadas por meio de estatísticas descritivas (frequência, porcentagem e média) e por análise de conteúdo categorial, permitindo a interpretação das respostas abertas com base em temas recorrentes.

2.5. Referenciais analíticos

Neste estudo, foram adotados dois referenciais complementares para fundamentar a análise da governança hídrica:

2.5.1. Princípios da OCDE para a Governança da Água

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) propôs, em 2015, 12 princípios de boa governança da água, organizados em três dimensões interdependentes:

- Eficácia: definição de objetivos claros e articulação entre níveis de governo.
- Eficiência: uso otimizado dos recursos, com inovação e avaliação contínua.
- Confiança e Compromisso: inclusão social, transparência e participação.

Esses princípios compõem uma estrutura analítica flexível, aplicável a diferentes contextos políticos e institucionais (OECD, 2015). A Figura 3 ilustra a distribuição dos princípios nas três dimensões da governança da água.

Figura 3 – As três dimensões da governança da água, segundo a OECD



Fonte: OECD (2015).

2.5.2. Protocolo de Monitoramento da Governança das Águas – OGA Brasil

Desenvolvido pelo Observatório da Governança da Água (OGA Brasil, 2019), o Protocolo de Monitoramento da Governança das Águas busca institucionalizar a avaliação das práticas de governança no Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH). Estruturado em quatro níveis — princípios, critérios, indicadores e verificadores — permite diagnósticos baseados em evidências e práticas verificáveis.

Seus sete princípios destacam o valor estratégico da água, o fortalecimento das instâncias participativas (como CBHs e conselhos), a transparência, o planejamento de longo prazo e a valorização dos colegiados nos processos decisórios.

Tabela 1 – Dimensões do Protocolo de Monitoramento da Governança das Águas (OGA Brasil, 2019)

Dimensão	Descrição
Ambiente Legal e Institucional	Estrutura normativa e organizacional que dá suporte à gestão da água.
Capacidades Estatais	Recursos humanos, financeiros e técnicos disponíveis para a gestão.
Relação Estado–Sociedade	Mecanismos de participação, controle social e acesso à informação.
Relações Intergovernamentais	Coordenação entre diferentes níveis e esferas de governo.
Instrumentos de Gestão	Implementação de planos, outorgas, cobrança pelo uso e enquadramento dos corpos hídricos.

Fonte: OGA Brasil (2019)

O protocolo tem sido aplicado em avaliações participativas com comitês de bacia e órgãos gestores, contribuindo para identificar fragilidades institucionais e propor ações corretivas. No presente estudo, o OGA foi utilizado como referência teórica complementar à OCDE, possibilitando uma leitura mais ampla das percepções dos membros do CBH-Litoral Norte em relação aos elementos que estruturam sua governança.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise das respostas obtidas por meio do questionário aplicado aos 18 membros do CBH-Litoral Norte permitiu traçar um panorama da governança da água sob a perspectiva dos múltiplos atores. Os resultados foram organizados em torno das dimensões propostas pelo Protocolo OGA Brasil (2019) e dos princípios da OCDE (2015), o que possibilitou uma leitura integrada da realidade do comitê.

3.1. Perfil dos respondentes e Capacidades Estatais

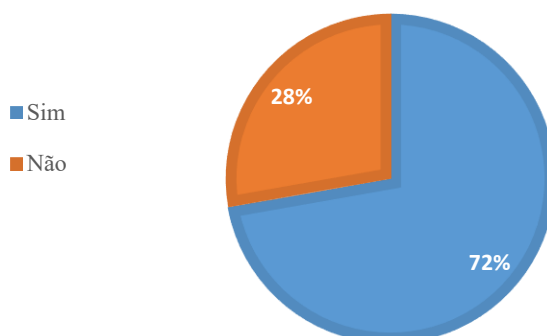
A Tabela 2 apresenta o perfil da amostra, marcada por predominância masculina (83%) e maioria com ensino superior. Em termos de representatividade, 33% são da sociedade civil, 28% usuários de água e 39% do poder público. Apesar do perfil tecnicamente qualificado, como apresentado na Figura 2, 28% dos membros nunca participaram de capacitações em gestão hídrica, o que evidencia fragilidade na dimensão “Capacidades Estatais” do OGA, podendo afetar a qualidade da participação e das decisões no comitê.

Tabela 2 – Perfil dos Respondentes

Categoria	Total	Percentual (%)
Gênero masculino	15	83%
Gênero feminino	3	17%
Nível superior completo	13	72%
Com capacitação específica	13	72%
Sem capacitação	5	28%

Fonte: Elaboração própria (2025).

Figura 2 – Participação em capacitação



Fonte: Elaboração própria (2025).

3.2. Participação, Comunicação e Relação Estado-Sociedade

A maioria dos membros avaliou positivamente a clareza e relevância das informações técnicas nas reuniões, e mais da metade (10 de 18) afirmou propor temas nas discussões, sinalizando proatividade. Em contrapartida, os principais entraves à comunicação foram a baixa articulação institucional — sobretudo do poder público — e o excesso de linguagem técnica.

Entre as soluções sugeridas, destacam-se ações de divulgação em mídias locais, realização de encontros territoriais e estratégias de educação ambiental. Apesar da avaliação interna da comunicação ter sido majoritariamente “boa” ou “ótima”, o distanciamento de cinco municípios sem representação compromete a legitimidade territorial do comitê.

3.3. Assiduidade e engajamento

A sociedade civil foi apontada como o segmento mais assíduo, enquanto o poder público estadual e federal apresentou a menor frequência e engajamento. Isso contrasta com os princípios de equidade e compromisso coletivo previstos na OCDE (2015) e evidencia a necessidade de mecanismos de estímulo à participação institucional.

As motivações mais citadas para a participação foram o comprometimento com os recursos hídricos e a preocupação com a situação ambiental da bacia. Essa mobilização por senso de pertencimento indica uma oportunidade de fortalecimento do engajamento social via formação continuada e ações de valorização dos Colegiados.

3.4. Avaliação democrática e confiança entre segmentos

As decisões do comitê foram amplamente percebidas como democráticas, e a confiança entre os segmentos foi bem avaliada: a sociedade civil recebeu nota média 9,0, seguida do poder público estadual (8,5), usuários de água (8,0) e poder público federal (8,0). O poder público municipal teve a menor avaliação (7,5), reflexo de sua atuação menos expressiva.

Esses dados reforçam os princípios de “confiança e compromisso” propostos pela OCDE (2015), mas também indicam a importância de promover o equilíbrio entre os segmentos para evitar assimetrias de poder e influência.

3.5. Prioridades e Instrumentos de Gestão

Quanto às prioridades para a bacia, os membros destacaram a elaboração e implementação do plano de recursos hídricos, ações de educação ambiental e projetos de saneamento básico, ligados à dimensão “Instrumentos de Gestão” do OGA e à eficácia institucional.

Os principais desafios apontados são falta de apoio financeiro, desmotivação de atores e desconhecimento dos problemas locais — questões que impactam todas as dimensões da governança e exigem estratégias coordenadas (Tabela 3).

Tabela 3 – Síntese dos Entraves e Propostas

Categoria Avaliada	Resumo das Respostas
Entraves à comunicação	Falta de articulação do poder público, linguagem técnica
Ações sugeridas para melhoria	Encontros locais, divulgação via imprensa e internet
Prioridades na bacia	Plano de RH, educação ambiental, saneamento básico
Motivações para participação	Preocupação com os recursos hídricos
Fatores que dificultam o comitê	Falta de apoio financeiro, desmotivação, pouco conhecimento

Fonte: Elaboração própria (2025).

Esses resultados reforçam a importância de valorizar os atores locais, qualificar tecnicamente os membros e fortalecer os canais de comunicação e articulação institucional. A análise evidencia ainda a relevância de instrumentos de monitoramento como o protocolo do OGA para orientar estratégias de aprimoramento da governança nos comitês de bacia.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa analisou a governança da água no âmbito do Comitê das Bacias Hidrográficas do Litoral Norte da Paraíba, com base nos referenciais da OCDE (2015) e do Protocolo OGA Brasil (2019), a partir da percepção dos múltiplos atores que o compõem. A análise evidenciou avanços importantes, como a confiança entre os segmentos, a percepção democrática nas decisões e a regularidade das reuniões, elementos que reforçam a legitimidade do comitê como espaço de deliberação e diálogo coletivo.

Em contrapartida, foram identificadas fragilidades relevantes, como a desarticulação de alguns municípios, a ausência de capacitação técnica entre parte dos membros e limitações na comunicação com a sociedade, fatores que impactam a eficácia e o alcance da atuação institucional.

Diante desses achados, recomenda-se o fortalecimento das instâncias de articulação interinstitucional, o estímulo à participação dos segmentos menos ativos — especialmente o poder público municipal — e a adoção de processos formativos contínuos. A aplicação sistemática de ferramentas de monitoramento, como o Protocolo OGA, pode qualificar os processos participativos, promover maior transparência e ampliar o compromisso institucional (*accountability*).

Por fim, este estudo contribui para a consolidação de abordagens colaborativas e multiescalares na gestão dos recursos hídricos, oferecendo subsídios para novos diagnósticos comparativos e políticas públicas voltadas ao aprimoramento da governança da água no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA EXECUTIVA DE GESTÃO DAS ÁGUAS DO ESTADO DA PARAÍBA – AESA. (2010). Atlas de Bacias Hidrográficas da Paraíba. João Pessoa: AESA.

ANA – AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO. (2021). Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil: informe 2021. Brasília: ANA.

BAKKER, K.; COOK, C. (2011). “Water governance in Canada: Innovation and fragmentation”. *International Journal of Water Resources Development*, 27(2), pp. 275–289. DOI: 10.1080/07900627.2011.564969.

BARBI, F.; ALMEIDA, A. C.; SIMONIAN, L. T. (2017). “Governança ambiental, conflitos e políticas públicas: desafios contemporâneos da gestão dos recursos naturais”. *Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba, (40), pp. 19-35. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/51139>. Acesso em: 9 jun. 2025.

FORMIGA-JOHNSON, R. M.; KEMPER, K. E. (2005). Institutional and policy analysis of river basin management: The Jaguaribe River Basin, Ceará, Brazil. World Bank Water Resources Management Working Paper, n. 13. Washington, DC: World Bank.

JACOBI, P. R.; CIBIM, J.; LEÃO, R. (2010). “Governança das águas e participação: interfaces para a sustentabilidade”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, 25(73), pp. 37-52. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/vB5mDkX5d7jVjF8q8Y6Q8M/>. Acesso em: 7 jun. 2025.

LEMONS, M. C.; AGRAWAL, A. (2006). “Environmental governance”. *Annual Review of Environment and Resources*, 31, pp. 297–325. DOI: 10.1146/annurev.energy.31.042605.135621.

MONTGOMERY, M. A. et al. (2016). Integrated Water Resource Management: A New Way Forward. Washington, DC: World Bank Group Water Global Practice. Disponível em: https://www.worldwatercouncil.org/sites/default/files/Initiatives/IWRM/Integrated_Water_Resource_Management-A_new_way_forward%20.pdf. Acesso em: 9 jun. 2025.

OECD – ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. (2015). OECD Principles on Water Governance. Paris: OECD Publishing. Disponível em: <https://www.oecd.org/governance/oecd-principles-on-water-governance.htm>. Acesso em: 11 maio 2025.

OGA BRASIL – OBSERVATÓRIO DA GOVERNANÇA DAS ÁGUAS. (2019). Protocolo de Monitoramento da Governança das Águas. Brasília: OGA. Disponível em: <https://www.ogabrasil.org/protocolo>. Acesso em: 11 maio 2025.

RIBEIRO, W. C. (2010). “Geografia política e gestão internacional dos recursos naturais”. Estudos Avançados, São Paulo, 24(68), pp. 69–80.

ROGERS, P.; HALL, A. W. (2003). Effective Water Governance. TEC Background Papers, n. 7. Global Water Partnership.